

LIBERDADE: DEPENDÊNCIA OU INDEPENDÊNCIA DE DEUS?

Ruben Aguilar, Ph.D

Professor de Antigo Testamento e História do Cristianismo
do curso de Teologia do Unasp
Centro Universitário Adventista de São Paulo,
Campus Engenheiro Coelho
ruben.aguilar@unasp.edu.br

Resumo: Existem diversos conceitos de liberdade; tantos quantos formas culturais há. Porém, é possível uma abordagem desses conceitos, considerando alguns fatores que são comuns. Um desses fatores é a permanência de leis, tanto naturais como morais. Isso determina a noção de que não existe liberdade em sentido absoluto, mas sim como uma condição de estrita relação com as leis. Uma condição de liberdade é a capacidade de escolha mediante o uso da vontade. Essa capacidade é chamada livre arbítrio. No entanto, o uso da vontade deve ser orientado à escolha do bem. O contrário, determinaria destruição e morte. Para capacitar à vontade, a escolher o bem, é necessário manter comunhão com a fonte de todo bem ou de toda verdade: Deus. Dessa maneira o homem vivendo nessa comunhão conhecerá a verdade e será livre. Liberdade é viver dependente da vontade de Deus.

Palavras-chave: Liberdade, Determinismo, Vontade, Lei, Livre Arbítrio, Verdade

Liberty: Dependency or Independency from God?

Abstract: There are as many concepts of liberty as there are different forms of culture. Nevertheless, it is possible a systematization of these concepts if one considers some factors that they have in common. One of these factors is the role of laws, either natural or moral. This determinates the notion that Liberty does not exists in absolute terms, rather it is a condition in strict relation to the laws. A condition of Liberty is the capacity of a person to choose through the deployment of his will. This capacity is called the Free Will. However, the exercise of the will must be oriented to the choice of good. The contrary would lead to destruction and death. In order to capacitate the will to choose good, it is necessary to maintain communion with the Source of all good and truth: God. The man who lives such communion will know the truth and will become free. Liberty is to live dependent on the will of God.

Keywords: Liberty, Determinism, Will, Law, Free Will, Truth.



INTRODUÇÃO

A liberdade é um ente abstrato cujos valores sublimes e, benefícios sensíveis, são amplamente cobijados por toda a humanidade e ao longo de toda a sua história. Essa relação se expressa com clara convicção, na afirmativa de que a história do mundo não é outra, senão o desenvolvimento da consciência de liberdade no seio das comunidades humanas.

O processo do desenvolvimento da consciência de liberdade ao longo da história humana, ao parecer tem esbarrado no elemento primário da compreensão do que efetivamente é a liberdade. Não é que haja carência de definições ou conceituações filosóficas, a esse respeito; nem que essas expressões sejam tentativas frustradas em exprimir e apontar as orientações mínimas para atingir os valores e benefícios da liberdade. O que parece ocorrer é que para a liberdade ser evidenciada é necessário admitir um condicionamento ou ambiente onde esse ente possa se manifestar. Em toda conceituação de liberdade esse fator condicional surge como estritamente necessário e relevante. Como as condições onde a liberdade se manifesta são naturalmente variadas, os conceitos são também e proporcionalmente diversos; originando uma gama de áreas de pensamento. Aqui vale apontar a asseveração do pensador e escritor russo Leon Tolstoy (1828 – 1910) quem enfatiza que a variedade de questões sobre a liberdade, explica a existência da diversidade de tópicos, disciplinas ou ciências nos quais os conceitos e problemas da Liberdade se manifestam.¹

Nesta altura das considerações, surgem as seguintes questões: no contexto de conceitos múltiplos sobre a liberdade, é possível efetivar uma sistematização dos mesmos, para alcançar uma definição um tanto comum ou até única? Na relação entre o Divino e o humano, é o homem dependente ou independente de Deus?

O presente estudo é uma tentativa de efetuar uma abordagem dos conceitos ou formas de liberdade a fim de destacar um fator comum entre os tais, de modo a encontrar uma síntese genérica. O propósito final é: aplicar esse conceito genérico ao relacionamento entre Deus e o Homem, para verificar se os atributos da liberdade permitem nesse caso uma relação de independência ou dependência.

TENTANDO UMA SISTEMATIZAÇÃO

¹ Tolstoy, Leo. "War and Peace", em Great Books of the Western World, vol. 51, William Benton, Publisher, 1980. p. 692.



O conceito de liberdade tem-se estendido por todas as culturas e ao longo de todos os períodos da existência humana, em expressões, algumas vezes simples e em outras com fraseologia erudita de franco requinte filosófico. O número de conceitos sobre a liberdade deve ser relativamente proporcional ao número de expressões culturais ou formas de pensamento; fato que impede ter noção ou conhecimento exato de cada um deles. Essa gama de conceitos pode ser ilustrada, por exemplo, com o fato da produção de um determinado objeto com matéria prima diversa, em modelos e tamanhos diferentes e cores variadas. Nesse panorama, será possível uma sistematização?

Para efetuar uma possível sistematização dos diversos conceitos ou formas nas quais a liberdade se manifesta, é necessário conhecer algumas expressões dos mesmos, pelo menos aqueles que por seu caráter de simplicidade tem alcançado a mente de vasta extensão populacional, ao longo dos séculos.

Uma das formas mais simples de conceituar a liberdade é aquela que expõe a idéia de “fazer o que se deseja”. Nessa linha de raciocínio está o pensador inglês Thomas Hobbes (1588 – 1679) quem admite que no “ser livre” é necessário reconhecer o imperativo verbal: “faço o que eu quero”.² A frase, no entanto, deve sofrer uma alteração ao considerar a capacidade de ação do indivíduo, como foi observado por Frederico Hegel (1770 – 1831); assim, a liberdade não consiste relativamente em “fazer o que quiser”; mas, naquilo que uma pessoa “tem poder de fazer”. O mesmo autor orienta essa atitude ao processo da vida e seu propósito futuro, sentenciando que o homem é livre quando tem poder de edificar seu próprio “destino”.³ Uma versão análoga a essa última sentença seria a popular máxima sobre a liberdade, definida como uma condição na qual o indivíduo pode “dispor da sua própria pessoa” ou “viver como se quer”.

No século V aC. os pensadores gregos da época de Péricles (495 – 429 aC .) quando o fervor da democracia permitia uma aparente concessão de privilégios iguais para todos os cidadãos dessas comunidades, aqueles, evocavam o conceito de liberdade com a expressão grega “parresia” ou o “direito de falar livremente”.⁴ Mesmo assim o caráter pragmático de liberdade, naquele período, não estava ausente já que simultaneamente se exprimia o conceito de que a liberdade

² Hobbes, Thomas. “Leviathan”, em GBWW, vol 23, Of Man, chp. XIII, sobre a condição natural da humanidade em relação a sua felicidade e miséria, p. 84,85.

³ Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. “The Philosophy of Right”, em GBWW, vol 46, First Part, Abstract Rights, p. 26. Esse mesmo autor, ainda enfatiza: “It is only through the development of his own body and mind, essentially through his self-consciousness’s apprehension of itself as free, that he takes possession of himself and becomes his own property and no one else’s”.

⁴ Bauer, Johannes B. “Dicionário de Teologia Bíblica”, vol II, terceira edição, Edições Loyola, SP 1983, cita ref. G. Kittel, sob o tópico: Liberdade, p. 634.



consiste em fazer aquilo que a pessoa “deveria” fazer, pois todos os outros atos, são naturalmente escravagistas.

Os anteriores exemplos de definição de liberdade demonstram a existência de diversas formas nas quais a liberdade se manifesta e, isso permite uma possibilidade de sistematização das mesmas. A análise dessas definições nos leva a considerar que a liberdade estabelece uma relação entre pessoas, o que não anula o caráter autônomo de cada indivíduo. De igual modo é possível verificar que para o exercício da liberdade é necessário considerar os aspectos condicionais, ou seja, aqueles que se manifestam como formas ambientais e, determinam a expressão de liberdade. Com esses recursos é possível agrupar as diferentes formas de liberdade em: social e pessoal e também em liberdade que se manifesta na expressão de condições externas e internas.

As formas de liberdade social se manifestam nas comunidades constituídas e politicamente organizadas, nas quais se exalta a possibilidade de reger seus próprios destinos sem interferências de outras comunidades. Debaxo deste título se abrigam todas as formas de liberdade política como: a independência territorial, emancipação governamental, a livre expressão, vigência de direitos civis, etc. As formas de liberdade pessoal destacam os aspectos de autonomia das pressões ou coesões da comunidade. Em certo sentido é uma expressão de liberdade que separa o indivíduo da comunidade; seu fundamento está na idéia de que no indivíduo há uma realidade que não é estritamente social; mas, plenamente pessoal. Esse fundamento permite ao indivíduo efetivar um processo de desenvolvimento ou cultivo de sua própria personalidade. Como formas de liberdade concentradas neste grupo podem se mencionar: a liberdade de consciência, de pensamento, de trabalho, de decisão, de expressão religiosa, de locomoção, da prática de virtudes, de cultivar tradições, etc.

As formas de liberdade social e pessoal podem também ser caracterizadas, considerando as condições que interferem na vida do indivíduo livre. Dessa maneira às já mencionadas se acrescentam as formas de liberdade externa e liberdade interna. A primeira é denominada assim por que as condições que determinam essa forma de liberdade são externas, e são representadas pelas diversas sensações de necessidade que o indivíduo experimenta. Quanto mais necessidades para satisfazer, menos liberdade. Em outras palavras, as necessidades inviabilizam a liberdade. Essas necessidades são impostas, por exemplo: pela sociedade, a natureza, as paixões, etc. as quais surgem como princípios de opressão inibindo a livre manifestação do ser individual. Dito de outra maneira, a liberdade se manifesta na pessoa, quando ela fica livre das sensações externas; ou seja, ser livre significa: reduzir ao mínimo as necessidades externas. As necessidades atuam como elementos de opressão, por exemplo: o estado impõe leis que obrigam às pessoas a praticar certos padrões sociais; uma



tempestade de neve obriga às pessoas a permanecer bem agasalhadas e talvez não sair de casa; as paixões, como a fome, bebidas, sentimentalismo romântico, etc. obrigam às pessoas a tomar atitudes até de sacrifício pessoal.

A liberdade interna agrupa todas as formas onde se verifica a manifestação de sensações relacionadas com a atividade volitiva da pessoa. Esta forma de liberdade precisa uma forma de condicionamento que permita à pessoa livre o exercício inviolável da sua capacidade de exprimir sua própria vontade.

O EXERCÍCIO DA LIBERDADE E A FORÇA DA LEI

Sendo possível sistematizar as diversas expressões de liberdade nos grupos propostos, ainda se reconhece que em cada agrupamento existe um fator comum que faz que todo conceito de liberdade tenha sentido quando esse fator é considerado. Esse fator comum é a realidade da lei. As formas de liberdade social e externa só podem ser manifestadas quando existem imposições que garantam a vigência da convivência social; ninguém pode ser inteiramente livre, visto que para viver em comunidade precisa ceder aos direitos e desejos de outros seres humanos semelhantes. A esse fato se deve acrescentar nas formas de liberdade externa, o condicionamento das leis naturais, do meio ambiente, etc. o qual define o fato de viver em liberdade como uma atitude de obediência às leis físicas, químicas, biológicas, instintivas e morais que predispõem a almejada felicidade de viver.

De maneira semelhante, nas formas de liberdade pessoal e interna, o fator que determina sua expressão é a vigência de leis que regulam as manifestações das capacidades e virtudes mentais e morais da própria pessoa, mediante o exercício da sua vontade. Aristóteles (384 - 322) usando esse conceito fazia diferença entre ações voluntárias e involuntárias. As ações voluntárias caracterizam o homem livre, as involuntárias caracterizam o homem escravo. O mesmo pensador aponta as condições que levam a cometer ações involuntárias: a coação e a ignorância.⁵ Como decorrência desse pensamento se postula que a liberdade está no uso da razão, dessa maneira o ser livre é atributo do sábio. Em última análise poderia se afirmar que a pessoa livre é na realidade livre na sua mente.

Conforme verificamos, as diferentes formas de liberdade sem exclusão de nenhuma, são manifestações da pessoa humana as quais estão sujeitas aos ditados de leis. Neste contexto é necessário destacar dois tipos de leis que afetam a liberdade: a lei natural e a lei moral. A primeira é a expressão dos fenômenos da natureza, são as leis enunciadas por cientistas por isso chamadas de leis científicas

⁵ Mora, José Ferrater. "Diccionario de Filosofia Abreviado", Editorial Sudamericana, Bs As, Argentina, 1974, sob o tópico: "Libertad", p. 255.



e que se cumprem inexoravelmente; a segunda é a expressão de uma finalidade ou de um propósito ético, que pode ser ou não obedecida sem o demérito de ocorrer conseqüências.

LIBERDADE E DETERMINISMO

Uma tentativa de exprimir um conceito único sobre as diversas formas de liberdade seria: uma condição humana sujeita ao imperativo de leis. Baseado nessa concepção surge uma doutrina um tanto filosófica como teológica: o Determinismo. Com certo relativismo, pode-se conceituar o Determinismo como: o pensamento que assevera que todo acontecimento universal total ou único esta sujeito ao imperativo das leis universais.⁶ Essa idéia impõe a condição de que não existe liberdade absoluta, senão, condição sujeita à lei.

Pode-se falar de Determinismo como uma hipótese científica ou como uma hipótese metafísica; sendo a primeira aquela que aceita que toda ocorrência é o cumprimento das leis naturais e sujeita a prova; por exemplo: um vaso de cristal solto de uma altura apreciável, pelo efeito da lei da gravitação, está determinado a cair e quebrar. O Determinismo como hipótese metafísica, aceita que os eventos são o cumprimento de leis metafísicas, não sujeitos a prova; por exemplo: eventos que ocorrem como a concretização de vaticínios; algo comparado às profecias bíblicas.⁷

Na idéia do Determinismo, as leis naturais são causa da existência de todos os seres e, da realização de qualquer evento. A existência de qualquer partícula mineral está determinada ao cumprimento das leis físicas e químicas; assim também as formas de energia. De igual maneira a existência de um vegetal ou animal depende do cumprimento das mesmas leis e de outras, chamadas biológicas. Uma palmeira está determinada a crescer altaneira e expandir suas folhas numa copa em forma de umbela. Uma formiga está determinada a viver uma vida de associação e atividade febril transportando recursos alimentares, seguindo padrões de caminhada rítmica e um alinhado simétrico. Por outro lado, deve-se afirmar que nada acontece alheio ao exercício e execução das leis naturais, inclusive o comportamento humano.⁸

Não se pode deixar de reconhecer que as ciências humanas, graças ao seu desenvolvimento e expansão, ao estudar as reações e formas de comportamento

⁶ Extraído do texto de Mora, J. F. Op. Cit. p. 109. sob o tópico Determinismo.

⁷ Aqui cabe inserir a afirmação de L. Tolstoy: "Only the expression of the will of the Deity, not dependent on time, ... independent of everything, can by His sole will determine the direction of humanity's movement", in "War and Peace", loc.cit. p. 684.

⁸ Inserimos o pensamento de L. Tolstoy: "The actions of men are subject to general immutable laws ..." in op. cit. p. 689.



das pessoas, tem ditado normas ou emitido certos pareceres que ostentam as características de leis as quais determinam manifestações do comportamento humano. Essa asseveração encontra fundamento bíblico nas palavras epistolares registradas em Gl. 6:7 "... aquilo que o homem semear, isso também ceifará". Em outras palavras se deve admitir que a existência do homem e seu modo de viver estão regidos por leis naturais e universais. Se as leis naturais são causa inexorável do acontecer humano, dentro da idéia do Determinismo, como o homem pode ser livre?

A VERDADE VOS LIBERTARÁ

Emanuel Kant (1724 – 1804), filósofo alemão, considera que: no mundo dos fenômenos, o que na realidade constitui a natureza e todo o que nela se encontra, há completo Determinismo. Para esse pensador, é impossível encontrar na natureza qualquer expressão de liberdade. Mas, ele mesmo admite que a liberdade encontra-se no reino do "noumeno", quer dizer na mente humana, fundamentalmente no contexto de moral.⁹ Assim e conforme temos exposto, a liberdade não é e não pode ser considerada uma questão física; mas é só e unicamente uma questão moral. A relação entre a moral e a liberdade nos conduz a exprimir a idéia de que só o Infinito, por ser o paradigma de toda moral, é absolutamente livre; não assim o finito.

A questão moral está relacionada com atributos diversos concentrados na virtude do bem e do belo. Alcançar os benefícios do bem e do belo é uma atitude estimulada pela capacidade de escolha. Essa capacidade, segundo Agostinho de Hipona (354 – 430), é feita mediante o uso da vontade individual por isso referida como Livre Arbítrio.¹⁰ Agostinho utiliza essa nomenclatura para diferenciar das outras idéias de liberdade. Explicitamente se infere que a única e verdadeira liberdade é a capacidade voluntária de fazer escolha, ou seja: o Livre Arbítrio.

Dentro do conceito de Livre Arbítrio, o bem concretamente é objeto da atividade da vontade. Para execução plena e satisfatória da atividade de escolha exercida pela vontade, é necessário considerar o fim último do indivíduo; o qual pode ser a morte física que limita a existência do ser à vida terrena ou, a imortalidade, que projeta a existência do ser para o ambiente da eternidade. É razoável notar que a imortalidade não depende do homem; mas é um dom concedido e imposto pela Divindade. O homem livre exerce a sua vontade para escolher o bem a fim de alcançar a imortalidade. Nessa tarefa, para conhecer o bem, o homem conta com ajuda Divina, através da instrução e advertência

⁹ Kant, Immanuel. "The Science of Right", in GBWW, vol 42, p. 420. O mesmo autor enfatiza: "But as men we are free in fact, as is proved by the categorical imperative in the moral and practical relation as an authoritative decision of reason ..." loc. cit. p. 621.

¹⁰ Augustine. "Confessions" in GBWW vol 18, pp. 44, 45.



encontrada na Sua Palavra, reconhecidamente: fonte de todo bem. Desprovido dessa orientação o homem estará sujeito a exercer sua vontade direcionada à escolha do erro, da falsidade, da inverdade e de todo o que conduz a morte física e espiritual.

Na Bíblia, encontram-se advertências claras para evitar mediante o uso da vontade, escolhas erradas. O apóstolo João, fazendo alusão àquilo que é profano e contrario a todo bem e a Deus, usa a terminologia de “mundo” para instar a evitar escolhas erradas e exclama: “Não ameis o mundo nem as coisas que há no mundo” (1Jo 2:15). Por sua parte o apóstolo Paulo, ao referir o uso da vontade que efetua escolhas erradas, esclarece que existe uma tendência para tal, que ele mesmo identifica como “desejo da carne”. Assim, ao declarar uma condição da pessoa humana, ele enfatiza: “...todos nós andamos outrora, segundo as inclinações da nossa carne ... e éramos por natureza, filhos da ira” (Ef 2:3); ele mesmo sentencia: “o pendor da carne é inimizade contra Deus” (Rm 8:7). Concluímos que as escolhas erradas são de caráter deletério por propiciar toda forma de destruição e morte; resultado final de uma condição de opressão e não de liberdade.

Não se deve desconsiderar que a real liberdade é a capacidade de escolha que o homem possui; sublinhando a afirmação que pelo exercício da vontade, é o bem que deve ser escolhido. Para efetuar essa tarefa é necessário considerar que a capacidade da vontade, de escolher o bem, depende de orientação Divina. Essa orientação é possível se a pessoa estiver sujeita ou dependente da fonte de todo bem: Deus. O apóstolo Paulo confirma essa asseveração, revelando essa influência Divina sobre a pessoa humana, como um espírito; então ele afirma: “o Senhor é o Espírito; e onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade” (2Cr 3:17). Logicamente que Deus tem um padrão que estimula a escolha do bem; a escolha de tudo aquilo que promove a imortalidade é o cumprimento da sua Lei. Não sem razão Tiago expressa: “aquele que considera, atentamente, na lei perfeita, lei da liberdade, e nela persevera, não sendo ouvinte negligente, mas operoso praticante, esse será bem-aventurado no que realizar” (Tg 1:25). Cabe bem assinalar que conhecer a lei Divina é ter noção da verdade a qual se adquire com a intimidade e dependência de Cristo, pois Ele é a personificação da verdade, por isso ele sentencia: “se vós permanecerdes na minha palavra, sois verdadeiramente meus discípulos: e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (Jô 8:31,32).